

420

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 22/03/1993
C	Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo N.º 10907-000.171/91-90

(nms)

Sessão de 10 de junho de 1992

ACORDÃO N.º 202-05.084

Recurso n.º 88.085

Recorrente INTERCAMBIO COMERCIAL KOBE LTDA.

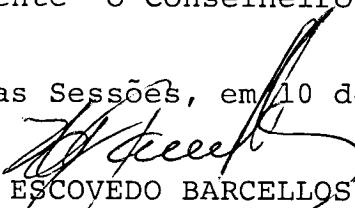
Recorrida IRF EM PARANAGUÁ - PR

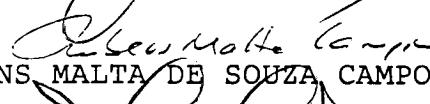
INTEMPESTIVIDADE. A impugnação intempestiva não instaura a fase litigiosa do processo. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **INTERCAMBIO COMERCIAL KOBE LTDA.**

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso.** Ausente o Conselheiro OSCAR LUÍS DE MORAIS.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1992


HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - Presidente


RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO - Relator


JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE **25 SET 1992**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (suplente), ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO e ROBERTO VELLOSO (suplente).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo Nº 10907-000.171/91-90

Recurso Nº: 88.085

Acordão Nº: 202-05.084

Recorrente: INTERCAMBIO COMERCIAL KOBE LTDA.

R E L A T Ó R I O

Pelo Auto de Infração de fls. 01, o Fisco exige da Recorrente o pagamento da multa cominada no art. 365, inciso II, do RIPI/82, no montante de Cr\$ 3.032.708,76, por infração ao artigo 240 do citado regulamento.

Intimada em 20.05.91 (AR de fls. 08), a Recorrente requer, por petição de 14.06.91, prorrogação de prazo para impugnar o lançamento, que foi deferido, pelo prazo de 15 dias, consoante despacho de fls. 11, vencendo-se no dia 04.07.91.

A impugnação foi protocolada no dia 05.07.91; termo de revelia às fls. 34.

A Autoridade Singular dá a impugnação por perempta e aduz que não instaura a fase litigiosa do procedimento fiscal, acarretando a constituição definitiva do crédito tributário, impedindo, assim, a apreciação da matéria de mérito nela contida. Daí, não tomar conhecimento da impugnação, por intempestiva.

A Recorrente, inconformada, interpõe o recurso de fls. 45/51.

É o relatório.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10907-000.171/91-90

Acórdão nº 202-05.084

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO

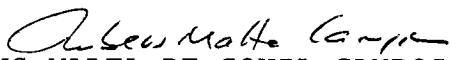
Verifico que o "AR" de fls. 08 foi recebido por Mitsui Nassu e que a caligrafia da data apostada nesse documento é a mesma de número de telefone ali constante, inclusive sendo a mesma cor de tinta. Portanto, infere-se que o Sr. Mitsui após a data de 20/05 e se refere a 20/05/91, conforme carimbo do Posto do Correio de Arapongas - PR. Além do mais, a Recorrente nada falou a esse respeito em sua impugnação.

Examinando o processo, verifica-se que a impugnação foi protocolada fora de prazo, isto é, interposta intempestivamente.

A impugnação extemporânea não instaura a fase litigiosa do processo administrativo fiscal, na forma do artigo 14 do Decreto nº 70.235/72.

Nestes termos, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1992


RUBENS MALTA DE SOUZA CAMPOS FILHO